



Opiniões
de Acadêmicos
Brasileiros
sobre a China

Brazilian Scholars'
Views on China

Tiejun Gu
Organizador


UFRGS
EDITORA



Instituto
Confúcio
UFRGS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretto

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente



Opiniões
de Acadêmicos
Brasileiros
sobre a China

**Brazilian Scholars'
Views on China**

Tiejun Gu
Organizador

© de Tiejun Gu e Antonio Domingos Padula
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Carlos Batanoli Hallberg



O618 Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China = Brazilian scholars' views on China / organizador Tiejun Gu. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.
328 p. il. ; 16x23cm

Textos em português e inglês.

Inclui figuras, mapas e quadros.

Inclui referências e apêndices.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa. 3. Relações bilaterais – Brasil – China. 4. Relações econômicas – China – América Latina. 5. Economia – China. 6. Investimentos China – Brasil. 7. Desenvolvimento econômico – China. 8. Língua chinesa. I. Gu, Tiejun.

CDU 327(81:510)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0499-0

A AGRICULTURA NA CHINA:
TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS E
AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL

Paulo D. Waquil



Tem sido amplamente discutido como a China passou por marcantes transformações ao longo das duas últimas décadas, especialmente do ponto de vista econômico, apresentando elevadas taxas de crescimento do seu produto interno bruto, intensificação dos processos de urbanização e industrialização, melhorias na infraestrutura, liberalização e maior participação nos fluxos de comércio internacional (por exemplo, ver o trabalho de Jiang e Lin, 2012). Entretanto, menor atenção é dada para as transformações que vêm ocorrendo nos espaços rurais e no setor agrícola.

Esta é a intenção do capítulo: dar maior atenção e visibilidade às significativas mudanças que também vêm ocorrendo no meio rural e na agricultura chinesa, utilizando um conjunto de dados, evidências e referências de outros trabalhos. Como resultado destas transformações, também pretendemos trazer à luz algumas implicações em termos das relações comerciais entre a China e o Brasil, bem como as oportunidades e desafios que se apresentam para a agricultura brasileira.

China e Brasil são considerados países emergentes, têm uma série de similitudes, mas também uma série de importantes diferenças e contrastes, que acabam resultando em complementaridades e possibilidades para a intensificação das suas relações comerciais. Ambos são países de

Paulo D. Waquil é doutor em Economia Agrícola pela University of Wisconsin, EUA. Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI), Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: waquil@ufrgs.br.

dimensões amplas, com grande extensão de terras para a agricultura, ainda que com distintas limitações de uso da terra, com diversidades e desigualdades regionais. Os dois países também mantêm elevado contingente de pessoas no meio rural e a agricultura ainda tem maior participação na formação dos seus respectivos produtos internos brutos do que nos países mais desenvolvidos.

Em 2001, a China passou a integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, a partir de então, ampliou sua participação no comércio internacional, estabelecendo maiores fluxos de exportações e importações, e tornando-se rapidamente o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos, a União Europeia e os parceiros brasileiros do Mercosul. Mas se, por um lado, a China intensificou o processo de industrialização e ampliou substancialmente as exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, por outro lado, as altas taxas de crescimento vêm conduzindo a aumentos de renda, maior diversificação do consumo de alimentos e o consequente aumento da demanda por importações de produtos agrícolas e agroindustriais a fim de suprir suas necessidades.

Desde a virada do século XXI, alguns relatórios do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre a agricultura na China já destacam a importância dessas mudanças (Gale, 2002; Gale, 2013; Gale; Hansen; Jewison, 2015). Com o foco na agricultura e na alimentação na China e as perspectivas para o século XXI, os autores discutem a passagem de uma economia caracterizada por planejamento central e autossuficiência para uma economia mais dirigida por regras de mercado e integrada globalmente. Apontam que o crescimento da renda e a transição para estilos de vida mais urbanos tendem a elevar a demanda por alimentos, com maior direcionamento para carnes e produtos de maior valor agregado. Também esses relatórios dão bastante destaque para as negociações comerciais, o acesso da China à OMC, a redução de barreiras ao comércio e maior abertura às importações de produtos agrícolas. Outro ponto enfatizado é o aprimoramento da infraestrutura de transportes e dos canais de comercialização, as reformas institucionais e políticas, e a maior intensificação tecnológica.

O presente capítulo, então, inicia com a apresentação de informações sobre os recursos disponíveis e as variações na produção agrícola na China, analisando conjuntos de produtos de origem vegetal e produtos de origem animal, e tecendo breves comparações com a situação brasileira. Sempre com o olhar das transformações percebidas ao longo do tempo, o capítulo segue com dados sobre as exportações e importações chinesas de produtos agrícolas. Após, apresenta os dados mais recentes sobre as exportações agrícolas e agroindustriais do Brasil para a China, concluindo com comentários sobre as oportunidades e desafios deste novo cenário.

A agricultura na China: recursos e produção

Algumas informações disponíveis nas bases de dados internacionais, como o Banco Mundial e a Food and Agriculture Organization (FAO), ilustram que a China tem a responsabilidade de abastecer em torno de 22 % da população mundial com apenas 7 a 8 % da área cultivável do planeta. Os dados a seguir, apresentados na Tabela 1, mostram o crescimento populacional na China desde a segunda metade do século passado e a distribuição entre população rural e urbana e, logo depois, na Tabela 2, os dados ilustram o uso da terra ao longo do período.

Ainda que a população tenha diminuído seu ritmo de crescimento ao longo dos períodos considerados, as variações são muito elevadas nos períodos iniciais (49 % entre 1950 e 1970; 43 % entre 1970 e 1990), reduzindo para 16 % entre 1990 e 2010 e apenas 3 % no período mais recente entre 2010 e 2015. Isso leva a China a figurar como o país mais populoso do mundo, com um contingente de mais de 1,4 bilhão de habitantes em 2015. Contudo, o que mais chama a atenção é o intenso processo de urbanização ocorrido nesses períodos. Em meados do século passado, os dados da FAO indicam que 88 % da população era residente em áreas rurais, reduzindo para 82 % em 1970 e para 72 % em 1990. A maior intensidade do processo de urbanização se dá a partir de 1990, deixando menos da metade da população no meio rural, com 49 % em 2010 e o dado mais recente de 43 % em 2015 (Tabela 1).

Tabela 1 – População rural e urbana na China (nº pessoas) – 1950 a 2015

	1950	1970	1990	2010	2015
População Rural	486.159.282 (88 %)	676.848.109 (82 %)	853.291.588 (72 %)	677.440.140 (49 %)	601.918.586 (43 %)
População Urbana	67.685.984 (12 %)	150.430.895 (18 %)	327.700.308 (28 %)	694.257.198 (51 %)	805.386.984 (57 %)
População Total	553.845.266	827.279.004	1.180.991.896	1.371.697.338	1.407.305.570

Fonte: Food and Agriculture Organization, Statistical Databases (2017).

Mesmo com o aumento populacional, os processos de êxodo rural e de urbanização de áreas rurais, deixam atualmente um contingente muito menor de pessoas no meio rural, caindo de mais de 850 milhões de residentes rurais em 1990 para aproximadamente 600 milhões em 2015, o que evidencia menos mão de obra disponível no campo. E mais, várias análises mostram, assim como em quase todos os países do mundo, que a maior parte das migrações é de jovens rurais em direção às cidades, conduzindo também a um processo de envelhecimento no campo e falta de sucessão familiar.

Também seguindo uma tendência mundial, cada vez mais estão presentes atividades não agrícolas no meio rural, gerando oportunidades de emprego e renda não agrícolas.

Aqui já se notam semelhanças e contrastes em relação à realidade brasileira. O Brasil também apresentou crescimento populacional e um intenso processo de urbanização desde a segunda metade do século passado, mas tem atualmente uma população de 207 milhões de habitantes, em torno de $\frac{1}{7}$ da população chinesa, e uma distribuição que contrasta com o Brasil mais urbano, apresentando apenas 14 % da população rural e 86 % urbana.

Na China, em vista do grande contingente de pessoas no meio rural, a produção agrícola era, nas décadas anteriores, predominantemente em pequena escala e voltada para subsistência, com a comercialização apenas de pequenos excedentes. Nos períodos mais recentes, vem mudando para uma produção mais especializada, em maior escala e voltada para o atendimento dos mercados. Mesmo assim, o acesso à

terra ainda é controlado pelo governo, através de arrendamento às famílias produtoras rurais. Áreas de terras não podem ser compradas ou vendidas, apenas arrendadas. Em média, uma família detém uma área entre 0,5 e 1 hectare, fato que mais uma vez é contrastante com a realidade brasileira. O Brasil tem uma estrutura fundiária bastante desigual, com um número elevado de pequenas e médias propriedades, mas um número reduzido de grandes propriedades, que detém a maior parte das áreas agrícolas no país.

Em termos de área agrícola na China, os dados da FAO apontam para uma ampliação de pouco mais de 375 milhões de hectares em 1970 para 515 milhões de hectares atualmente (Tabela 2). Convém perceber que a maior parte deste incremento ocorreu no período 1970-1990, praticamente estabilizando desde então, o que sugere o esgotamento da capacidade de ampliação da área utilizada nas atividades de produção agrícola.

Tabela 2 – Área agrícola na China (1.000 ha) – 1970 a 2014

	1970	1990	2010	2014
Área agrícola	375.518	506.592	515.368	515.358

Fonte: Food and Agriculture Organization, Statistical Databases (2017).

Da área total do país, em torno de 960 milhões de hectares, a área agrícola atualmente corresponde a 54 %, e está distribuída entre as atividades de produção animal e produção vegetal, com pastagens e cultivos temporários ou permanentes. As áreas de florestas na China ocupam uma parcela de 21 % da área total, ficando os restantes 25 % enquadrados como áreas urbanas, infraestruturas e áreas inaproveitadas. Em comparação com o Brasil, a dimensão total não é muito diferente, com grande extensão de terras, mas a distribuição novamente é contrastante. O Brasil tem, como área total, em torno de 851 milhões de hectares, dos quais 33 % é área agrícola, 58 % área de florestas, restando apenas 9 % como áreas urbanas, infraestrutura e áreas inaproveitadas.

Quando se analisa a densidade populacional nas áreas rurais destinadas à agricultura, dividindo a população rural pela área agrícola, os re-

sultados obtidos com os dados mais atuais mostram que na China encontram-se em média 1,22 pessoas/hectare, enquanto no Brasil são somente 0,10 pessoas/hectare, confirmando o fato de um espaço rural muito mais povoado na China, com atividades agrícolas desenvolvidas em menores unidades de produção e mais intensivas em mão de obra.

De fato, a ampliação da área agrícola na China foi muito menos proporcional do que em relação a ampliação na produção, como será visto logo adiante, o que nos leva a compreender o processo de intensificação dos sistemas de produção agrícola, com novos aportes técnicos, utilização de maiores quantidades de fertilizantes químicos e agrotóxicos, e investimentos em biotecnologias. Entre as consequências dessa intensificação, além dos incrementos de produção e de produtividade, estão também custos de produção mais elevados e maiores danos ambientais, como erosão e perdas de solo, poluição das águas superficiais e dos lençóis freáticos, e a redução da vegetação nativa.

As disponibilidades de terras e água são vistas, cada vez mais, como fatores limitantes que restringem o crescimento da produção agrícola. Nas regiões mais montanhosas, as áreas cultivadas estão concentradas nos vales, onde também há melhor acesso à água. As áreas mais frágeis, mais suscetíveis à erosão e perdas de solo, estão sendo destinadas para a recuperação com pastagens e florestas. Ainda mais, algumas áreas próprias para a agricultura vêm cedendo espaço para o processo de urbanização.

Com relação às políticas de apoio para o setor agrícola, a transição de uma economia caracterizada por planejamento central e autossuficiência para uma economia mais direcionada por regras de mercado e integrada globalmente deixa a agricultura chinesa mais influenciada pelas condições dos mercados. Dos anos 1950 aos anos 1990, a China sobre-taxou seu setor agrícola pela compra governamental de produtos a preços abaixo dos preços de mercado, visando subsidiar o consumo urbano e o desenvolvimento industrial. Mas a partir dos anos 1990, os preços pagos aos agricultores se aproximaram e até superaram os preços vigentes nos mercados internacionais. Com o ingresso na OMC e a consequente redução no controle e intervenção governamental sobre os preços praticados,

novas formas de proteção e subsídios têm sido demandadas para garantir o abastecimento e a estabilidade social no meio rural (Gale, 2002).

Políticas de apoio doméstico, como pagamentos diretos e suporte de preços foram introduzidas e têm sido ampliadas nos anos recentes (Gale, 2013). A fim de garantir o abastecimento de alimentos, bem como a renda dos agricultores chineses, o país implementou políticas que incluem quatro tipos de subsídios: pagamentos diretos para a produção de grãos, subsídios na compra de insumos agrícolas, apoio à aquisição de maquinários agrícolas, e subsídios na utilização de sementes melhoradas; também são implementadas medidas para a estocagem de produtos e práticas para a proteção ambiental (Ni, 2013). Também maior atenção vem sendo dada à qualidade e sanidade dos alimentos, à conveniência e praticidade, ampliando a importância das indústrias agroalimentares e do segmento de distribuição (Mendez; Du; Popkin, 2004).

Como resultado dessas transformações no uso dos recursos, intensificação tecnológica, alterações nas políticas de apoio, e respondendo às novas demandas dos mercados, a produção agrícola na China também passou por marcantes alterações. Os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4 mostram o crescimento da produção, por grupos de produtos. Percebe-se que todos os grupos indicam crescimento, embora com variações diferenciadas entre esses grupos, o que leva a uma nova configuração produtiva na agricultura chinesa.

A produção de cereais (arroz, milho, trigo, aveia, centeio, cevada) passa de 200 milhões de toneladas em 1970 para mais de 559 milhões de toneladas em 2014 (último dado disponível), um incremento impressionante em termos absolutos, mas que em termos percentuais corresponde a 178 %, um dos menores entre os grupos de produtos vegetais. No caso das oleaginosas (principalmente a soja), a produção cresce de 4 milhões de toneladas para pouco mais de 17 milhões, numa variação de 329 % no período. Já nas fibras, o crescimento entre 1970 e 2010 (o dado de 2014 não está disponível) é relativamente menor, de 137 %.

Contudo, as variações que mais chamam a atenção são as de frutas e hortaliças. São crescimentos, tanto em valor absoluto como relativo,

mais elevados. No caso das frutas, de quase 5 milhões de toneladas em 1970 para mais de 160 milhões de toneladas em 2014, numa taxa de crescimento que chega aos 3.137 % no período. E nas hortaliças, a passagem de 42 milhões de toneladas em 1970 para praticamente 600 milhões de toneladas em 2014, alcançando um incremento de 1.325 % ao longo do período. Tais variações reforçam os argumentos de uma maior diversificação produtiva, atendendo as novas demandas e a maior incorporação de frutas e hortaliças nas dietas alimentares.

Tabela 3 – Produção vegetal na China,
por grupos selecionados de produtos (toneladas) – 1970 a 2014

	1970	1990	2010	2014
Cereais	200.836.854	404.719.096	498.468.274	559.315.083
Oleaginosas	4.064.095	9.742.475	16.694.266	17.444.938
Fibras	2.659.901	5.628.792	6.300.504	n.d.
Frutas	4.973.710	20.952.150	128.324.500	160.998.026
Hortaliças	42.017.254	131.864.457	545.435.864	598.841.626

Fonte: Food and Agriculture Organization, Statistical Databases (2017).

Tabela 4 – Produção animal na China,
por produtos selecionados (toneladas) – 1970 a 2014

	1970	1990	2010	2014
Carne bovina	154.972	1.121.789	6.243.716	6.567.092
Carne suína	6.138.780	23.559.489	49.581.462	55.390.235
Carne de frango	970.739	n.d.	17.243.053	18.186.587
Leite	1.959.253	n.d.	41.157.040	42.577.295

Fonte: Food and Agriculture Organization, Statistical Databases (2017).

Da mesma forma, na produção de origem animal também são percebidas grandes variações. A China sempre figurou como o maior produtor e consumidor de carne suína no mundo, mas mostrou incrementos consideráveis nos demais produtos. A produção de carne bovina passou de apenas 154 mil toneladas em 1970 para mais de 6,5 milhões de tone-

ladas em 2014, caracterizando uma elevação de 4.138 %, uma taxa que se destaca em vista da pequena base produtiva inicial. Na produção de carne suína, a passagem de pouco mais de 6 milhões de toneladas em 1970 para mais de 55 milhões de toneladas em 2014, corresponde a uma variação de 802 %. Já na produção de carne de frango o crescimento foi de 970 mil toneladas em 1970 para mais de 18 milhões em 2014, atingindo uma taxa de variação de 1.773 % no período, enquanto na produção de leite a passagem de menos de 2 milhões de toneladas no início do período analisado para mais de 42 milhões de toneladas em 2014 corresponde a uma taxa de crescimento de 2.073 %.

Todas as taxas de crescimento da produção, seja de origem vegetal ou animal, são muito superiores às taxas de crescimento no uso dos recursos produtivos terra e mão de obra. Este fato só é possível mediante a intensificação dos processos produtivos, inovações tecnológicas e maior utilização de insumos externos, como sementes melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e maquinários de pequeno porte. Também na produção animal, a intensificação produtiva se dá pela utilização de rações e medicamentos adquiridos de fora das unidades produtivas. Tais mudanças caracterizam a transformação de uma agricultura antes muito intensiva em mão de obra em uma nova agricultura chinesa, mais intensiva em insumos externos e capital. Mas como comentado anteriormente, são mudanças que vêm trazendo maiores custos de produção e impactos no meio ambiente.

Maior inserção no cenário internacional: exportações e importações agrícolas

Como o país mais populoso do mundo e com limitações na disponibilidade e uso dos recursos produtivos, era surpreendente que até o final dos anos 1990 a China ainda permanecesse com reduzidas importações agrícolas (Gale, 2002). O planejamento centralizado e as políticas voltadas para garantir a autossuficiência, através das compras governamentais e subsídios aos consumidores urbanos eram marcantes, garantindo a maior parte do abastecimento no país.

Após o ingresso como membro da OMC em 2001 e a liberalização comercial, reduzindo barreiras e os fluxos internacionais, a China passa a ter uma nova postura e amplia suas relações comerciais com o restante do mundo. Com base no rápido processo de industrialização e o oferecimento de produtos manufaturados e semimanufaturados com baixos custos (particularmente em função dos baixos salários pagos e pouca proteção social em comparação com outros países mais industrializados), a China passa a dominar os principais mercados internacionais. Mas também nos mercados agrícolas e agroindustriais a China assume maior participação. Atualmente, o país é exportador de bens de alto valor agregado, mais intensivos em mão de obra. Entre os produtos agrícolas exportados pela China aparecem peixes, frutas e hortaliças, além de produtos agro industrializados (Gale, 2013).

Na Tabela 5 são apresentados os dados das exportações agrícolas da China, novamente por grupos de produtos, mas agora mensurados em mil dólares, ao longo das últimas décadas, os quais depois serão analisados em conjunto com as importações (Tabela 6) e o saldo (exportações – importações) para cada um dos grupos (Tabela 7).

Também aqui se pode visualizar o crescimento das exportações em todos os grupos, seja em valores absolutos (mil dólares) ou em percentuais (%). Entre todos os grupos apresentados, os que merecem maior destaque pelo crescimento absoluto do valor das exportações são as frutas e hortaliças, passando da exportação equivalente a quase 400 milhões de dólares em 1970 para mais de 22 bilhões de dólares em 2013, de acordo com as informações mais recentes disponíveis na FAO. Esses resultados são bastante coerentes com o crescimento da produção, apresentado e discutido na seção anterior deste capítulo. Os produtos que mais se destacam neste grupo são as frutas de clima temperado, como o pêssego, maçã e ameixa, além de hortaliças como o alho e a cebola. Também as exportações do grupo bebidas e tabaco apresentam elevado aumento em valor absoluto, atingindo mais de 5 bilhões de dólares em 2013.

Visto de outra forma, em termos relativos, expressos pelas variações percentuais, as variações são muito elevadas. Devem ser analisadas, no

entanto, com alguma cautela, pois são calculadas com base em valores iniciais (de 1970) muito reduzidos. Por exemplo, a taxa de variação ao longo do período analisado nas exportações de carne bovina é 4.5352 % e de carne de frango é 3.6286 %, mas ainda assim correspondem a um montante pouco significativo nos mercados internacionais. Nas frutas e hortaliças, grupo de produtos de maior relevância absoluta nas exportações agrícolas chinesas, a variação percentual entre 1970 e 2013 foi de 5.575 %. As exportações chinesas de cereais são as que apresentam a menor variação percentual entre os grupos analisados, de apenas 237 % no período.

Tabela 5 – Valor das exportações agrícolas da China, por grupos de produtos selecionados (US\$ 1.000) – 1970 a 2013

	1970	1990	2010	2013
Cereais	208.759	585.034	681.455	704.295
Oleaginosas	59.006	673.406	715.809	978.863
Frutas e hortaliças	397.765	2.747.768	17.582.329	22.574.148
Café	14.479	4.712	110.528	228.732
Bebidas e tabaco	37.344	1.844.504	3.711.143	5.026.498
Carne bovina	835	254.049	264.698	303.820
Carne suína	79.139	1.064.121	1.038.848	1.186.648
Carne de frango	5.502	181.200	2.166.483	2.500.771

Fonte: Food and Agriculture Organization, Statistical Databases (2017).

Ni (2013) também afirma que a China tem vantagem comparativa na produção e exportação de produtos mais intensivos em mão de obra, como frutas e hortaliças, embora as quantidades exportadas sejam pequenas se vistas frente às quantidades destinadas para atender os mercados internos.

Agora, olhando para a evolução das importações agrícolas pela China na Tabela 6, os valores são mais impressionantes e influenciam a dinâmica dos principais mercados agrícolas e agroindustriais e a formação dos preços internacionais. Em vista da urbanização e industrialização do país, com elevadas taxas de crescimento da renda disponível pelas famílias e a

maior diversificação do consumo de alimentos, há um forte incremento na demanda por importações de produtos agroalimentares.

A partir da redução das restrições às importações, a China vem se tornando cada vez mais dependente das importações de milho e soja (ou farelo) para a alimentação animal, além de carnes, produtos lácteos e outros produtos de origem animal. Também, em vista dos incrementos na renda e das mudanças nas preferências e hábitos dos consumidores, são perceptíveis as elevações na demanda por produtos de maior valor agregado, levando ao crescimento nas importações de vinhos, cervejas, café e chás, queijos, sorvetes e outros produtos agroindustrializados (Gale; Hansen; Jewison, 2015). Em seu relatório para o USDA, os autores também projetam um contínuo crescimento nas importações agrícolas chinesas, ao menos até meados da próxima década.

Tabela 6 – Valor das importações agrícolas pela China, por grupos de produtos selecionados (US\$ 1.000) – 1970 a 2013

	1970	1990	2010	2013
Cereais	551.607	3.480.508	3.653.325	7.372.701
Oleaginosas	82.517	654.394	27.818.762	42.825.857
Frutas e hortaliças	125.232	1.549.355	8.161.168	13.216.534
Café	11.817	13.419	172.046	289.600
Bebidas e tabaco	76.159	2.269.133	6.622.662	9.684.368
Carne bovina	13.744	272.714	1.155.191	3.767.234
Carne suína	15.981	199.126	1.281.688	2.558.747
Carne de frango	15.123	257.276	2.875.999	2.653.500

Fonte: Food and Agriculture Organization, Statistical Databases (2017).

Em praticamente todos os grupos de produtos selecionados, o valor das importações pela China passa de alguns milhões de dólares no ano de 1970 para a casa dos bilhões em 2013, com crescimento contínuo.

A entrada de cereais no país passa de 551 milhões de dólares para mais de 7 bilhões, num incremento de 1.237 % (o menor aumento percentual entre os grupos). Nas oleaginosas, especialmente a soja utilizada para a alimentação animal e para o processamento e elaboração de outros

produtos alimentícios industrializados, a variação nas importações é de 82 milhões de dólares no início do período para mais de 42 bilhões de dólares no final, aqui atingindo o impressionante aumento relativo de 51.799 % (o maior aumento percentual entre os grupos).

Outros grupos de produtos que têm aumentos absolutos elevados nas importações chinesas são os de frutas, hortaliças, bebidas e tabaco, grupos esses que também figuravam com destaque nas exportações. Nos grupos de produtos de origem animal, o que tem maior incremento é a carne bovina, superando as importações de outras carnes (suína e frango).

Colocando juntos os dados sobre o valor das exportações e das importações pode-se analisar os resultados em termos de saldo comercial por grupo de produtos selecionados. Estes valores estão expressos na Tabela 7 e alguns pontos merecem destaque. Primeiro, ao observar os dados mais recentes, em todos os grupos o saldo é negativo, indicando que o valor das importações supera o valor das exportações, exceto frutas e hortaliças. O grupo das oleaginosas é o que apresenta, de longe, o maior saldo negativo, atingindo 41 bilhões de dólares em 2013. A seguir, os grupos que também representam saldos bastante negativos são os de cereais, bebidas e tabaco, e carne bovina. O único grupo com saldo positivo é o de frutas e hortaliças, com o valor correspondente de 9 bilhões de dólares. Reunindo todos os grupos, o somatório do saldo comercial agrícola, levando em conta esses grupos de produtos selecionados, ultrapassa em 2013 a marca de 48 bilhões de dólares (com sinal negativo), confirmando a posição de maior importador mundial de produtos agrícolas e agroindustriais.

Ao olhar ao longo do tempo, também chama a atenção que o saldo aumenta em todos os grupos (sempre com sinal negativo, exceto para frutas e hortaliças, cujo sinal é positivo), correspondendo ao processo de relaxamento e redução nas restrições comerciais e maior integração com os demais países. No somatório de todos os grupos, o saldo comercial, com sinal negativo, passa de 89 milhões de dólares em 1970, para 1,3 bilhões em 1990, 25,4 bilhões em 2010, e finalmente mais de 48 bilhões

em 2013, o dado mais recente disponível na base de dados da FAO. Até mesmo no caso da carne suína, onde a China aparecia como exportadora em 1970 e 1990, a partir daí passa a ser importadora, com valores crescentes.

Tabela 7 – Saldo comercial (Valor das exportações – Valor das importações) agrícolas da China, por grupos de produtos selecionados (US\$ 1.000) – 1970 a 2013

	1970	1990	2010	2013
Cereais	-342.848	-2.895.474	-2.971.870	-6.668.406
Oleaginosas	-23.511	19.012	-27.102.953	-41.846.994
Frutas e hortaliças	272.533	1.198.413	9.421.161	9.357.614
Café	2.662	-8.707	-61.518	-60.868
Bebidas e tabaco	-38.815	-424.629	-2.911.519	-4.657.870
Carne bovina	-12.909	-18.665	-890.493	-3.463.414
Carne suína	63.158	864.995	-242.840	-1.372.099
Carne de frango	-9.621	-76.076	-709.516	-152.729

Fonte: Compilado pelo autor com base nos dados das Tabelas 5 e 6.

São marcantes, então, as transformações da agricultura chinesa nas últimas décadas, mudando a configuração produtiva, o uso de recursos e tecnologias, e a geração de produtos. Como resultados desses processos, também são substanciais as mudanças nos fluxos comerciais, ilustradas nesta seção, atendendo a novas demandas criadas com os processos de urbanização e industrialização, melhorias na infraestrutura de transportes e acesso a mercados, elevação da renda e diversificação das dietas alimentares. Cabe, assim, retomar a análise das relações comerciais entre a China e o Brasil, com complementaridades e a abertura de oportunidades e desafios para as exportações brasileiras.

Relações comerciais entre o Brasil e a China

O Brasil também passou por um processo de maior abertura ao comércio internacional a partir dos anos 1990, fortalecendo as relações comerciais com maior abrangência e aprofundamento. Buscou, então,

maior aproximação com países que apresentavam interesses comuns e complementaridades estruturais. Um dos processos de integração foi a formação do Mercosul, removendo barreiras e facilitando o comércio inicialmente entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e depois passando a combinar também outros países da América do Sul. Ainda que sejam de dimensões distintas, todos são países de base agrícola, exportadores de bens semelhantes, com poucas possibilidades de complementação, de modo que os fluxos avançaram no início mas logo se estabilizaram.

O Brasil buscou, então, alcançar novos mercados e, neste sentido, encontrou na China um enorme parceiro comercial. Os fluxos de exportações e importações entre os dois países cresceram rapidamente, passando de 2,5 bilhões de dólares no ano 2000 para 70 bilhões em 2011 (Massuquetti; Campeti; Kock; Tamiosso, 2013). Também as relações comerciais se fortaleceram com outros países emergentes, levando à formação do grupo conhecido como BRICS, que reúne o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Desde 2009, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, especialmente no que se refere aos mercados agrícolas e agroindustriais. De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/Agrostat, 2017), em 2016, a China foi o destino de 32,99 % das exportações agrícolas brasileiras, enquanto a União Europeia ficou com uma parcela de 17,04 %, os Estados Unidos 6,45 %, e todos os demais países com 43,52 %.

A Tabela 8, a seguir, apresenta os dados do MAPA com os valores das exportações e importações de produtos agrícolas entre o Brasil e a China no ano de 2016. No somatório da lista de produtos, o Brasil exportou para a China o correspondente ao valor de 20,8 bilhões de dólares, e as importações de produtos agrícolas da China ficaram em 1,1 bilhões de dólares no mesmo ano, gerando um saldo positivo em favor do Brasil de 19,7 bilhões de dólares.

Pela elevação da demanda chinesa por importações já apontada anteriormente, combinada com o avanço da produção de soja no Bra-

sil nos anos recentes, não surpreende o fato de que os fluxos são fortemente dominados pelo complexo soja, especialmente grãos e farelo. Praticamente 70 % das exportações agrícolas brasileiras para a China são produtos do complexo soja. Do total de 20,8 bilhões de dólares, 14,5 bilhões de dólares foram referentes aos produtos do complexo soja em 2016. Outros produtos de maior relevância nos fluxos comerciais do Brasil para a China são os produtos florestais (12 %), carnes (8 %), produtos do complexo sucroalcooleiro (4 %), couros e peleteria (2,7 %), fumo e seus produtos (1,3 %). Esta condição de pouca diversificação na pauta de produtos exportados para a China cria uma situação de dependência de um único produto do Brasil em relação aos mercados chineses, com maiores riscos.

Já no que se refere às importações brasileiras de produtos agrícolas oriundos da China são poucos os que se destacam, com saldos em favor dos chineses. São os casos de chás e especiarias, frutas e hortaliças, pescados, rações, fibras e produtos têxteis.

Tabela 8 – Valor das exportações e importações agrícolas do Brasil para a China, por grupo de produtos (US\$ 1.000) – 2016

	Exportações	Importações	Saldo (Exp.-Imp.)
Total	20.831.138	1.124.443	19.706.695
Complexo soja	14.562.535	-	14.562.535
Produtos florestais	2.411.697	163.732	2.247.965
Carnes	1.752.351	54.520	1.697.832
Complexo sucroalcooleiro	839.194	3.073	836.121
Couros e peleteria	573.046	7.231	565.815
Fumo e seus produtos	279.751	2.091	277.660
Demais produtos de origem vegetal	105.204	43.847	61.357
Produtos oleaginosos (exclui soja)	61.237	1.527	59.710
Sucos	59.310	309	59.000
Cereais, farinhas e preparações	29.649	14.056	15.593
Café	13.772	-	13.772
Demais produtos de origem animal	7.698	6.244	1.453

	Exportações	Importações	Saldo (Exp.-Imp.)
Produtos apícolas	1.179	-	1.179
Bebidas	823	63	760
Animais vivos (exceto pescados)	23	-	23
Lácteos	1	-	1
Plantas vivas e floricultura	32	65	-33
Cacau e seus produtos	370	747	-377
Chá, mate e especiarias	242	3.972	-3.730
Frutas (inclui nozes e castanhas)	1.397	9.868	-8.471
Produtos alimentícios diversos	7.204	23.671	-16.467
Rações para animais	1.813	68.570	-66.757
Pescados	9.219	148.387	-139.169
Fibras e produtos têxteis	113.363	274.969	-161.605
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	29	297.501	-297.472

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agrostat (2017).

Além de compreender a forte concentração e dependência de um único produto nos mercados da China, é interessante olhar a participação da China nos fluxos de exportações de produtos agrícolas do Brasil (Tabela 9). Com isso, podemos analisar a dependência que o Brasil tem da China, para cada um dos grupos de produtos. Neste sentido, além dos dados da Tabela 8, coletamos também os dados das exportações totais brasileiras para todos os destinos, e compilamos a razão entre os valores direcionados para a China em relação aos totais.

De todas as exportações agrícolas do Brasil, medidas pelo valor das exportações, 25 % foram destinadas para a China no ano de 2016. Mas alguns produtos se destacam por uma maior participação do destino China, enquanto outros são mais distribuídos entre diversos destinos. Do total de exportações do complexo soja, 57 % são destinadas para a China, o maior percentual entre todos os produtos. Assim, confirmando a dependência indicada acima, nos mercados da China, o Brasil depende da soja; visto pelo outro ângulo, nos mercados da soja, o Brasil também depende da China.

Tabela 9 – Participação das exportações agrícolas para a China em relação ao total exportado pelo Brasil, por grupo de produtos (%) – 2016

	%
Total	25
Complexo soja	57
Produtos florestais	24
Carnes	12
Complexo sucroalcooleiro	7
Couros e peleteria	23
Fumo e seus produtos	13
Demais produtos de origem vegetal	10
Produtos oleaginosos (exclui soja)	24
Sucos	3
Cereais, farinhas e preparações	1
Café	-
Demais produtos de origem animal	1
Produtos apícolas	1
Bebidas	-
Animais vivos (exceto pescados)	-
Lácteos	-
Plantas vivas e floricultura	-
Cacau e seus produtos	-
Chá, mate e especiarias	-
Frutas (inclui nozes e castanhas)	-
Produtos alimentícios diversos	1
Rações para animais	1
Pescados	4
Fibras e produtos têxteis	7
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	-

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agrostat (2017).

Entre outros grupos de produtos com maior direcionamento e participação da China no valor das exportações totais brasileiras estão os produtos florestais (24 %), produtos oleaginosos exceto soja (24 %), couros e peleteria (23 %), fumo e seus produtos (13 %) e carnes (12 %). No

restante, o Brasil mantém uma pauta mais diversificada entre os destinos das exportações agrícolas.

Fechando esta seção, ainda vale a pena comentar que, apesar da rápida expansão nos fluxos entre os países, nem sempre ela foi livre de tensões. Ao longo do período mais recente, algumas disputas e restrições por questões sanitárias, técnicas ou ambientais têm sido relevantes. E, como ponto final, mais do que os fluxos comerciais, as relações entre Brasil e China na agricultura têm envolvido, mais recentemente, investimentos externos entre os dois países, não apenas no setor produtivo agrícola e agroindustrial, mas também em infraestrutura e energia.

Considerações finais

Tendo evidenciado as marcantes transformações pelas quais a agricultura da China passou nas últimas décadas, com limitações para a ampliação do uso de recursos produtivos como terra e água, com um processo intenso de urbanização, com mudanças tecnológicas e maior intensificação no uso de insumos externos, acompanhadas de mudanças nas políticas de apoio ao setor, e principalmente com a maior abertura dos seus mercados, expandindo os fluxos de exportações e importações, partimos para as considerações finais. No fechamento deste capítulo, dois pontos ainda merecem comentário.

Primeiro, seguindo as análises de Medeiros e Cintra (2015) que estudaram os impactos da ascensão chinesa nos mercados latino-americanos, há dois tipos de efeitos sobre a economia brasileira. Um é o efeito demanda, já bem discutido ao longo do capítulo, representado pelo incremento na demanda por importações de matérias-primas e alimentos pela China, com impactos marcantes nas exportações agrícolas brasileiras, principalmente de produtos do complexo soja. Mas há também o efeito estrutura, que altera a pauta de produtos nos fluxos entre os dois países, conduzindo à primarização das exportações brasileiras, em vista da maior dependência de produtos com menor valor agregado como as *commodities* soja e minérios, o que tende a elevar a vulnerabilidade do país no cenário internacional.

O segundo ponto a considerar são os altos investimentos realizados pelas empresas chinesas no exterior, e aqui nos interessa particularmente no Brasil. Em 2013, a China já aparecia como o maior investidor estrangeiro no Brasil, embora com forte predominância nas indústrias de alta tecnologia, telecomunicações, energia e indústria automobilística. No entanto, nos anos recentes, a China passou a estimular também os investimentos externos nos setores agrícola e agroindustrial, através da compra ou arrendamento de terras para produção e da aquisição de empresas que atuam no processamento e distribuição dos produtos agroalimentares.

À medida em que a China se tornou um grande importador de alimentos, as estratégias para garantir a segurança alimentar de sua população passaram a incluir o controle sobre as importações e, neste sentido, o governo passou a estimular os investimentos externos feitos pelas empresas chinesas. Conforme referido por Gooch e Gale (2015), citando dados do Ministério do Comércio da China, em 2014 já eram mais de 300 empresas chinesas com investimentos em 46 países, com projetos agrícolas, florestais e de pesca. Também o Ministério da Agricultura da China informava que empresas chinesas já cultivavam mais de 230.000 hectares em terras estrangeiras, visando abastecer os mercados do país.

Esses investimentos das empresas chinesas vêm sendo apoiados pelo governo da China através de subsídios, financiamentos direcionados, serviços de informação e treinamento. Iniciaram através do acesso à terra em países menos desenvolvidos, pela compra ou arrendamento de terras mais baratas em regiões com infraestrutura mais deficitária e baixos índices de produtividade, como o sudeste da Ásia e a África, e avançaram para outras regiões como países do leste da Europa e países da América Latina.

Mais recentemente, os investimentos diretos das empresas chinesas evoluíram para toda a cadeia produtiva, incluindo plantas processadoras de alimentos, logística e distribuição e *trading companies*. Entre os principais segmentos atingidos estão os de cereais, oleaginosas e carnes, visando a garantia do abastecimento de insumos para a alimentação animal e de proteínas de origem animal, como as carnes e produtos lácteos, cuja demanda continua em crescimento. Por fim, mesmo que o desenvolvimento de bases sólidas de oferta de produtos em terras estrangeiras seja

lento e algumas experiências não se mostraram bem sucedidas, é possível que, num futuro próximo, uma maior parcela das exportações agrícolas brasileiras para a China esteja nas mãos de companhias dirigidas pelos chineses, conferindo à China maior controle sobre os mercados globais.

Referências

- GALE, F. (ed.). *China's food and agriculture: issues for the 21st century*. USDA: Economic Research Service, Market and Trade Economics Division, 2002. (Agriculture Information Bulletin, n. 775).
- GALE, F. *Growth and evolution in China's agricultural support policies*. USDA: Economic Research Service, 2013.
- GALE, F.; HANSEN, J.; JEWISON, M. *China's growing demand for agricultural imports*. USDA: Economic Research Service, 2015.
- GOOCH, E.; GALE, F. Get ready for chinese overseas investment in agriculture. *Choices*, v. 30, n. 2, p. 1-5, 2015.
- JIANG, Z.; LIN, B. China's energy demand and its characteristics in the industrialization and urbanization process. *Energy Policy*, v. 49, p. 608-615, 2012.
- MASSUQUETTI, A.; CAMPETTI, P. H. M.; KOCK, J. L.; TAMIOSO, R. L. O. As relações comerciais agrícolas entre Brasil e China no período 2000-2011: perspectivas para o agronegócio brasileiro. *Revista Nexos Econômicos*, v. 7, n. 2, 2013.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015.
- MENDEZ, M.; DU, S.; POPKIN, B. Urbanization, income and the nutrition transition in China: a case study. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Globalization of food systems in developing countries: impact on food security and nutrition*. Rome: FAO, 2004. (FAO Food and Nutrition Paper, v. 83).
- NI, H. *Agricultural domestic support and sustainable development in China*. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), 2013. (Issue Paper, n. 47).